ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO

VARA ESPECIALIZADA EM AÇÕES COLETIVAS DA COMARCA DE CUIABÁ-MT

PROCESSO: 0042595-83.2015.8.11.0041

Vistos,

Trata-se de *Ação Civil Pública* ajuizada pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso em face de 1) Lutero Ponce de Arruda, 2) Luiz Enrique Silva Camargo, 3) Hiram Monteiro da Silva Filho, 4) Ítalo Griggi Filho, 5) Fernando Luiz Cerqueira Caldas, 6) Leonardo Caldas D'Oliveira e 7) Wilson Luiz da Costa Marques, perseguindo a condenação dos réus no montante de R\$ 82.340,00 (oitenta e três mil, trezentos e quarenta reais) a título de ressarcimento ao erário.

A sentença foi exarada no *decisum* de Id. 137112725, julgando improcedentes os pedidos formulados na exordial em face dos requeridos **Fernando Luiz** Cerqueira Caldas, Leonardo Caldas D'Oliveira e Wilson Luiz da Costa Marques,

bem como parcialmente procedente em face dos requeridos Lutero Ponce de Arruda, Luiz Enrique Silva Camargo, Hiram Monteiro da Silva Filho e Ítalo Griggi Filho, para condená-los ao ressarcimento integral do dano causado ao erário.

Extrai-se da sentença os seguintes termos:

"JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados na presente Ação Civil Pública, o que faço para CONDENAR os requeridos Lutero Ponce de Arruda, Luiz Enrique Silva Camargo, Hiram Monteiro da Silva Filho e Ítalo Griggi Filho ao ressarcimento integral do dano causado ao erário, cujo valor foi R\$ 82.340,00 (oitenta e dois mil trezentos e quarenta reais) à época, o qual deverá ser devidamente acrescido de juros moratórios e correção monetária nos termos e percentuais definidos no item 3.4 deste decisum, ambos incidindo a partir do evento danoso, correspondente à data da prática do ato ímprobo (assim considerada a data de emissão de cada nota fiscal), a ser restituído ao ente público lesado, qual seja, o Município de Cuiabá/MT".

O trânsito em julgado foi certificado em 28.11.2024 (Id. 177156542).

Instado, o **Ministério Público do Estado de Mato Grosso** compareceu nos autos pugnando pela deflagração de sentença (Id. 184415258), tendo apresentado o demonstrativo atualizado e discriminado do crédito no Id. 184415264.

Assim sendo, INTIMEM-SE os executados 1) Lutero Ponce de

Arruda[1], 2) Luiz Enrique Silva Camargo[2], 3) Hiram Monteiro da Silva Filho[3], 4) Ítalo Griggi Filho[4], por meio de seus advogados constituídos nos autos (art. 513, § 2°, inciso I, CPC), para, no prazo de 15 (quinze) dias, PAGAR o montante de R\$ 353.753,48 (trezentos e cinquenta e três mil e setecentos e cinquenta e três reais e quarenta e oito centavos), valor a ser devidamente acrescido das custas processuais, se houver, sob pena de incidir em multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, § 1°, do Código de Processo Civil.

Consigno que, transcorrido o prazo para o cumprimento voluntário, inicia-se automaticamente o prazo de 15 (quinze) dias para que a parte executada, independentemente de nova intimação, apresente impugnação ao cumprimento de sentença (art. 525 c/c art. 536, § 4°, ambos do Código de Processo Civil).

No mais, **CONVERTO** a presente ação de conhecimento em **Cumprimento de Sentença**, pelo que determino sejam feitas as alterações necessárias no Sistema PJe, inclusive quanto aos polos da ação, nomenclatura do tipo de parte e baixa dos requeridos não condenados.

Intime-se. Cumpra-se.

Cuiabá/MT, data registrada no sistema.

BRUNO D' OLIVEIRA MARQUES

Juiz de Direito

- [1] Citado pessoalmente (Id. 63936727 Pág. 89), com advogado constituído nos autos.
- [2] Citado pessoalmente (Id. 63937284 Pág. 81), com advogado constituído nos autos.
- [3] Citado pessoalmente (Id. 63936727 Pág. 86), com advogado constituído nos autos.
- [4] Citado pessoalmente (Id. 63936727 Pág. 80), com advogado constituído nos autos.

Gabinete do Juízo Titular I da Vara de Ações Coletivas - 20001 - Contato Assessoria: (65) 3648-6413, via telefone ou Whats'App Business

Assinado eletronicamente por: **BRUNO D'OLIVEIRA MARQUES** https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDAJNTQZRJV

